

A instrumentalidade dos conservadorismos no atual contexto de hegemonia do capital

Silene de Moraes Freire *

Resumo

O presente artigo objetiva discutir o neoconservadorismo, destacando suas diferenças com o conservadorismo, marcadas e conceituadas historicamente, através do surgimento das produções de Edmund Burke. Intelectual que começa uma tradição dominante na cultura da Europa ocidental - sobre todo o século XVIII, de expressão conservadora. Temos como hipótese que o conservadorismo europeu sempre se distinguiu do conservadorismo norte americano. Sendo esse segundo, aqui chamado de neoconservadorismo, extremamente instrumental para a implementação da agenda do neoliberalismo.

Palavras-Chave

Conservadorismo; Neoconservadorismo; Neoliberalismos; Capital financeiro.

Abstract

This article aims to discuss the neoconservatism, highlighting it's differences with conservatism, marked and conceptualized historically through the emergence of Edmund Burke's production. Intellectual that begins a dominant tradition in the culture of western Europe - on the whole XVIII century , of conservative expression.

* Pós-doutora em Serviço Social pela ESS da UFRJ, Doutora em Sociologia pela USP, Mestre pela UFRJ, Professora Associada da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Coordenadora do Programa de Estudos de América Latina e Caribe (PROEALC) e do Observatório de Direitos Humanos da América Latina -CCS/UERJ-, Procientista da UERJ, Pesquisadora CNPq, Coordenadora do Doutorado Inter-regional em Serviço Social pela CAPES. Autora de livros e artigos, na área de políticas sociais e direitos humanos e segurança pública. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social -*stricto sensu* -da FSS da UERJ (Gestão abril de 2018/abril de 2020). E-mail: silenefreire@gmail.com

We have as hypothesis that the European conservatism always stood out of the North American conservatism. Being that second, here known as neoconservatism, extremely instrumental for the implementation of the neoliberalism calendar.

Keywords

Conservatism; Neoconservatism; Neoliberalism; Financial Capital.

Introdução

Não é exagero afirmarmos que o neoconservadorismo tem sido a tônica da política brasileira nos últimos anos dessa segunda década do século XXI. A razão disso é o significado social, a instrumentalidade que o pensamento e a práxis conservadoras representam na contemporaneidade. Contudo, há certo espanto com as manifestações conservadoras recentes no Brasil, como se fosse algo ‘fora do lugar’, ou mesmo resquícios de um tempo obscuro que não foi sepultado. Como observou Souza (2016, p. 360), “em um país de inserção periférica, dependente e heterônoma no circuito da divisão internacional do trabalho, como o Brasil, as ideologias conservadoras em geral, e o conservadorismo em particular, tendem a ressoar e a repercutir com intensidade sobre a cultura, a economia e a política”. Entretanto, tal fenômeno não é expressão de uma “onda conservadora” ou uma “nova direita”, como fazem crer aqueles que se espantam. Acreditamos que o conservadorismo que se apresenta hoje, em diferentes ações políticas da direita, “não é algo do passado que se apresenta anacronicamente no cenário de uma democracia, nem algo novo que brota do nada” (IASI, 2015, p.1). O conservadorismo sempre fez parte da cultura política brasileira e sempre persistiu em nossa realidade, e não pode ser compreendido isoladamente. Ele é uma expressão da luta de classes, isto é, manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa.

Nossa intenção com esse artigo é lembrar que é preciso refinar a análise histórica e teórica para que a mesma permeie a ação política. O mundo não nos aparece tal como ele é. Senão, segundo Marx, não teríamos necessidade da ciência, da reflexão teórica, para captamos seus significados. Sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária. Não podemos tornar sinônimos, expressões como neoconservadorismo, conservadorismo e neoliberalismo como se fossem constelações que se misturam, mas mostrando dentro delas as fissuras e contradições que irrompem entre si. É necessário compreender como tudo isso é funcional ao capital financeiro na atualidade e que nenhuma forma de conservadorismo pode ser entendida em si mesma.

1. Apontamentos iniciais: situando o debate

Achamos importante destacar, como observou Iasi (idem), que no Brasil a estratégia burguesa de transição pelo alto, lenta, controlada e segura, venceu. Isso não significa que a sociedade civil burguesa não tenha se fortalecido, ou mesmo que o Brasil não tenha se “ocidentalizado”, no sentido explicativo da categoria teórica gramsciana. O Brasil se ocidentalizou nos termos de Gramsci, a sociedade civil burguesa se fortaleceu e por isso ela acabou criando um quadro no qual a hegemonia burguesa se consolidou.

Se considerarmos o conceito gramsciano de hegemonia¹ e problematizarmos as interpretações que se ancoram no conceito de autoritarismo, podemos dizer que, no Brasil, o longo período que vai desde 1930 até 1990, não é propriamente de hegemonia. Mas de sua ausência. As contas realizadas por Francisco de Oliveira (apud FREIRE, 2014) deixam claro essa realidade. Vejam bem, diz ele, “desde 1930, tivemos praticamente um golpe ou tentativa de golpe a cada três anos!”. De 1930 a 1990, portanto durante sessenta anos de história o país vivenciou 41 anos sem governos eleitos pelo povo – 15 durante o período ditatorial de Getúlio Vargas (1930-1945)- e 26 sob governos militares

¹ Em Gramsci, a hegemonia não é entendida apenas, como em Lênin, como direção política, “mas também como direção moral, cultural, ideológica”(GRUPPI, 1978, p.11). É importante ressaltar ainda que a teoria dos intelectuais de Gramsci decorre da relevância que ele concede à cultura enquanto componente fundamental da hegemonia. Cabe também fazer uma referência à sociedade civil, ela é uma esfera da superestrutura, em que são formuladas e circulam a cultura, a ideologia, enfim, as relações de direção política e ideológica, de hegemonia, de uma classe social com relação às outras, mas também como o lugar em que todas as classes organizadas expressam a defesa dos seus interesses. Deve, no entanto, ficar claro que a hegemonia, para Gramsci, inclui o ideológico, mas não pode ser reduzida àquele nível, e que ela se refere à relação dialética de forças de classe.

ou sua prolongação na presidência de José Sarney (1964-1990), tampouco produto do voto popular. Um regime parlamentar existiu no intervalo entre os dois períodos – 1945 e 1964 – que, contou com quatro presidentes eleitos, dos quais apenas dois concluíram seus mandatos. Uma única vez nesses 60 anos o país viu um presidente civil eleito pelo voto popular – Juscelino – transmitir o cargo a outro civil – Jânio - igualmente eleito por votação popular, mas que renunciou sete meses depois. O chamado período “normal”, ou seja, “democrático”, nesse espaço de tempo, foi justamente o da “democracia populista”.

Esses elementos não apenas particularizam a compreensão da história brasileira, como revelam que dificilmente trata-se de hegemonia, mas de sua impossibilidade, ou seja, do processo de produção da hegemonia. Pois ditadura é tudo, menos hegemonia. Não podemos ignorar que, quando apenas a violência ostensiva é utilizada, é porque o consenso não foi obtido. É claro que mesmo os regimes violentos necessitam também de certa dose de consenso, mas ela é mínima, enquanto na hegemonia ela é máxima². Assim, podemos dizer que o processo brasileiro, desde 1930 até o final do século XX, é o de busca da hegemonia, precisamente do ponto de vista gramsciano: de condução moral. No Brasil do século XXI a hegemonia burguesa se consolidou.

É fundamental compreendermos que a hegemonia de uma classe social “não se define, pelo menos como Gramsci pensava a questão, pela mera disputa das consciências sociais e da legitimidade, mas tem suas raízes nas relações sociais de produção e de propriedade determinantes numa certa época histórica” (IASI, *idem*, p. 2). Além desse aspecto, como demonstrou Mészáros (2004, p. 58), nas sociedades capitalistas liberal-conservadoras do Ocidente,

o discurso ideológico domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar, sem questionamento, um determinado conjunto de valores ao qual se poderia opor uma posição alternativa bem fundamentada, juntamente com seus comprometimentos mais ou menos implícitos.

² A utilização da questão social como “fermento revolucionário”, ou melhor, o impulsionamento da mesma por parte do Estado após 30 e no pós-64 através de importantes medidas no plano da política social, também fez parte de um projeto de obtenção de certa dose de consenso nos momentos de ditadura.

Inúmeros fatores históricos, que não cabem no limite deste estudo, somados aos desdobramentos do fim das experiências socialistas, geraram condições muito favoráveis à desqualificação da política, especialmente das determinações que incidiram sobre as possibilidades concretas de organização política das classes trabalhadoras. Também não podemos ignorar que o cenário histórico tem revelado uma crise de hegemonia das esquerdas e dos projetos socialistas de modo geral. Como observou Barroco (2011), nesse contexto que o conservadorismo tem encontrado espaço para se expressar, se ancorando em mitos, motivando expressões autoritárias, preconceituosas e irracionais, atitudes preconceituosas, moralizantes, intolerantes e reacionárias tem sido a tônica. Uma das expressões dessa ideologia é a reprodução do ódio e do medo social, para que se naturalize a barbárie e se clame por intervenções militarizadas.

Como já diziam Marx e Engels na *Ideologia alemã*, as ideias dominantes em uma sociedade são as ideias das classes dominantes, mas estas só são dominantes porque expressam no campo das ideias as relações que fazem de uma classe a classe dominante. Tal aproximação teórica é essencial à compreensão do nosso tema.

O conservadorismo não é um desvio cognitivo ou moral, não é fruto de uma educação mal feita ou de preconceitos vazios de significado. O conservadorismo é uma das expressões da consciência reificada, nos termos de Lukács, ou do chamado senso comum, nas palavras de Gramsci, isto é, é uma expressão da consciência imediata que prevalece em uma certa sociedade e que manifesta, ainda que de forma desordenada e bizarra, os valores determinantes que tem por fundamento as relações sociais determinantes.

Neste sentido, o conservadorismo não veio de lugar nenhum, sempre esteve ali nas relações que constituem o cotidiano e na consciência imediata. (IASI, 2015, s/p)

Conforme Barroco (idem) observou: “a ideologia dominante exerce uma função ativa no enfrentamento das tensões sociais, para manter a ordem social em momentos de explicitação das contradições sociais e das lutas de classe”. Numa sociedade como a brasileira, onde a escravidão perdurou quase quatro séculos e a cultura política autoritária nunca foi sepultada, as manifestações conservadoras e autoritárias são constantes, a violência é naturalizada; tende a ser despolitizada, individualizada, tratada em função de

suas consequências e abstraída de suas determinações sociais. Não causa espanto que a ideologia neoliberal tenha encontrado um solo fértil para sua propagação. Além deste aspecto, a mídia no Brasil, em grande parte dos meios de comunicação, como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação – “falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a “questão social”, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia” (BARROCO, idem) e tantos outros exemplos perversos de sociabilidade.

Ao contrário de divulgar informações capazes de gerarem uma consciência da realidade, a mídia faz parte de uma lógica que constrói o que Marilena Chauí (2006) define como “simulacro do poder”, ou seja, os detentores do conhecimento ou de seus meios de produção e divulgação, através da mídia, ao divulgarem seus códigos ideológicos privados de compreensão do mundo, como se os mesmos fossem gerais, criam simulacros, ao mesmo tempo em que oferecem informações sobre o “mundo real” como uma mercadoria. Na atualidade, ainda que nada ofereça em troca, “ainda que não possua nenhum *momento de verdade*, a ideologia contrarreformista midiática consegue conquistar subjetivamente, em uma larga e assustadora escala, trabalhadores e trabalhadoras cuja dimensão concreta da vida será negativamente, e apenas negativamente, afetada pelas contrarreformas” (DEMIER, 2017, p. 56). Não por acaso, temos assistido diante das ações do Estado, voltadas para o enfrentamento da ‘questão social’, a eficácia de um projeto hegemônico que precisamos decifrar para construirmos um caminho onde seja possível a desalienação e emancipação humana. Mas, para que essas propostas se tornem propulsoras de uma transformação radical, como observou Mészáros (2005, p.104) é necessário dar impulso ao rompimento de todo o sistema de internalização que sustenta essa lógica do capital, ou seja, “quebrar” a imposição dos valores que legitimam os interesses dominantes, através da automeiação (capaz de controlar, nas palavras de Mészáros, a reprodução metabólica na qual a sociedade está submersa). Vale lembrar que por intermédio de ações, proposições e concepções, instituições como Igrejas e demais Templos, os meios de comunicação de massa, as associações recreativas e sindicais, as associações de defesa de interesses corporativos distintos, dentre outras, articulam-se às classes socialmente dominantes,

constituindo-se num bloco histórico responsável pela dupla e complexa tarefa de, preservando suas maneiras específicas e próprias de atuação nas questões sociais, harmonizar os interesses das classes e frações de classes em nome das quais atuam, como também organizar e organicizar as proposições mais afeitas a esses interesses particulares constituindo-os como gerais. (NEVES, 2005, p. 26)

Como observou Neves (*idem*), as disputas travadas no seio dos aparelhos privados de hegemonia pela adesão mais ou menos espontânea dos homens a um determinado projeto de sociedade e mesmo por uma educação de suas consciências, não são, para Gramsci, disputas entre iguais,

razão fundamental pela qual o terreno de disputas da sociedade civil *não* se constitui necessária e forçosamente em espaço o qual, sendo de adesão espontânea e caracterizado mais pelo consenso do que pela coerção, definir-se-ia como território unicamente de conquista e ampliação das vontades das grandes massas e, muito menos, garantia de alargamento de suas chances de contra-hegemonia. (NEVES, *idem*)

Quando observamos a guinada do Estado brasileiro para a “mentalidade privatizante” que as reformas estruturais de cunho neoliberal – centradas na desregulamentação dos mercados, na abertura comercial e financeira, na privatização do setor público e na redução do Estado – promoveram, podemos perceber que o ajuste neoliberal não é apenas de natureza econômica, faz parte de uma redefinição global do campo político-institucional e das relações sociais que ainda não foram suficientemente analisadas.

No caso brasileiro, a guinada para a efetivação da mentalidade privatizante que caracteriza a hegemonia contemporânea reafirmou uma das particularidades de nossa cultura política: o moderno se constitui por meio do “arcaico”, recriando nossa herança histórica ao atualizar aspectos persistentes e, ao mesmo tempo, transformando-os no contexto da mundialização³. Não por acaso, temas diretamente relacionados à

³ Como observou Yamamoto, (2001) a globalização do capital globaliza também a “questão social”, atingindo não somente os países pobres que lideram o *ranking* mundial das desigualdades, mas espalhando-se aos recantos mais sagrados do capitalismo mundial, sob formas particulares e distintas segundo as características nacionais.

importância da centralidade das ações filantrópicas e de benemerência, da assistencialização, da criminalização dos pobres e outros aspectos conservadores foram reeditados/atualizados pelos “programas focalizados de combate à pobreza” na contemporaneidade.

A compreensão do conservadorismo exige a aceitação da relevância da dimensão ideológica na configuração de um projeto político. Este reconhecimento exige que se entenda a ideologia como um recurso de poder fundamental ao esforço de articulação e de produção não só do que já existe, mas, sobretudo daquilo que se deseja que exista. Pressupõe que os homens, em cada momento histórico específico, diferenciados por interesses concretos, possuem diferentes interpretações e propostas para preservar ou alterar a realidade. Portanto, suas ações e percepções são fundamentais para compreender o processo histórico e seus resultados. Daí, como afirma Marilena Chauí, ser necessário reconhecer que,

a ideologia não é sinônimo de subjetividade oposta à objetividade, não é preconceito nem pré-noção, mas é *fato social* justamente porque é produzida pelas relações sociais, possui razões muito determinantes para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de ideias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira de produção de ideias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais. (CHAUÍ, 1980, p. 31)

Neste particular, o italiano Antônio Gramsci nos fornece valiosa contribuição. Para o autor dos *Quaderni del Carcere*, as ideologias não devem ser julgadas segundo um critério de verdade e falsidade, mas segundo sua eficiência para aglutinar bases e frações de classe em posições de domínio e subordinação. A ideologia contribui para “cimentar e unificar” o bloco social. Assim, a “verdade” de uma ideologia está em sua capacidade de mobilização e, finalmente, em sua realização histórica. (HALL, 1980, p. 60-3)

A prática cotidiana, para Gramsci, é já ideologia, e mesmo filosofia; melhor, já está previamente “investida” pela ideologia de que é conteúdo. “... As forças materiais são o conteúdo e as ideologias a forma”. (GRAMSCI, 1987, p. 63) Gramsci salienta que esta “distinção de forma e conteúdo | é | meramente didática, porque as forças materiais não seriam concebíveis historicamente sem as formas materiais” (GRAMSCI, 1978, p.

65-6). Nestes termos, Gramsci coloca que o erro da subestimação do valor da ideologia pode ser reconstituído quando:

1) identifica-se a ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que mudam a estrutura, mas sim vice-versa; 2) afirma-se que uma determinada solução política é ideológica, isto é, insuficiente para modificar a estrutura, mesmo que acredite poder modificá-la; afirma-se que é inútil, estúpida, etc.; 3) passa-se a afirmar que toda ideologia é aparência, inútil, estúpida, etc. (GRAMSCI, 1987, p. 62)

Na categorização gramsciana, a ideologia - a filosofia, a concepção do mundo - é algo que ultrapassa o conhecimento e já articula diretamente com a prática, com a política. É interessante observar que a importância que Gramsci concedeu à ideologia na orientação prática dos homens transforma a crítica ideológica - a batalha cultural - num momento decisivo na luta para agregar uma nova “vontade coletiva” nacional - popular na luta para superar uma velha relação de hegemonia e criar uma nova (COUTINHO, 1981, p. 84). Neste sentido, convém ressaltar que hegemonia, para Gramsci, é exatamente a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições de classe.

2. O Conservadorismo e a Instrumentalidade Atual do Neoconservadorismo

O surgimento do conservadorismo, historicamente pode ser concebido a partir das produções de Edmund Burke. Burke é o intelectual que inicia uma tradição, de expressão conservadora, que se tornou dominante na cultura da Europa ocidental no século XVIII Segundo Souza (2016), é inegável que a matriz ideológica do conservadorismo é o pensamento de Burke, dele provém boa parte das ideias que conferem conteúdo às várias expressões do conservadorismo no cotidiano. Sob diferentes manifestações e políticas e culturais, sua influência se faz sentir, na contemporaneidade.

Há relativo consenso, no debate sobre o pensamento social e político fundado na modernidade, quanto às *Reflexões sobre a revolução na França* (2014), de

Edmund Burke, constituírem-se como ponto de partida do conservadorismo clássico. Manifesto dos interesses políticos e econômicos aristocráticos, as *Reflexões* se estabelecem como o marco da tradição conservadora. Nelas, estão condensados também os ideais culturais e simbólicos das classes sociais golpeadas pela Revolução Francesa, com destaque para a aristocracia feudal. (SOUZA, 2016, p. 362)

Burke é um conservador dos que privilegiam as instituições de sociabilidade primária: a família, a igreja, a escola; os grupos primários, corporativos.

Nas poucas vezes que se referiu a Edmund Burke, Marx atribuiu adjetivações a obra do autor que evidenciavam o que achava da “qualidade” das reflexões do mesmo.

Em *O capital*, no capítulo XI, Marx atribui os adjetivos de “sofista e sicofanta” (1985a, p. 257) a Edmund Burke. No capítulo XXIV, o filósofo alemão reitera seu conceito e acrescenta: “Edmund Burke [...]. Esse sicofanta, que a soldo da oligarquia inglesa bancou o romântico em face da Revolução Francesa, do mesmo modo que, a soldo das colônias norte-americanas, bancara no início dos motins americanos o liberal diante da oligarquia inglesa, era sob todos os aspectos um burguês ordinário: ‘As leis do comércio são as leis da Natureza e conseqüentemente as leis de Deus’. [...] Não é de admirar que ele, fiel às leis de Deus e da Natureza, vendeu sempre a si mesmo no melhor mercado! [...] Em face da infame falta de caráter, que predomina hoje, e da crença mais devota nas “leis do comércio”, é dever estigmatizar, sempre de novo, os Burkes, que se diferenciam de seus sucessores apenas por uma coisa: Talento!” (1985b, p. 292 apud Souza, 2016 p. 363).

O que é central e motiva uma recuperação da principal obra de Burke, esse irlandês radicado na Inglaterra, é sua concepção de revolução, que é distinta daquela consagrada pelas várias correntes progressistas existentes no período pré e pós-1789. Como Souza (idem) destacou, para Burke, “a revolução não significa a transformação radical de uma sociedade, momento fundador de uma nova sociabilidade e, por isso, crivado por contradições, tensões, mas também por elementos e valores emancipatórios”. Para o autor esse tipo insurrecional de revolução é tomado como momento de decadência e degradação, no qual a ordem estabelecida é destruída e as tradições, rebaixadas.

Com a intenção nítida de fazer alarde com suas denúncias, esse conservador tenta convencer seus leitores de que uma revolução insurrecional como a que ele retratou, significava, por si mesma, desordem e destruição. O pensamento de Burke, além de negatar as revoluções constrói uma visão negativa dos revolucionários, que para ele são meros agitadores dogmáticos, que desrespeitam a tradição e o passado. Como Souza (2016, p. 364) observou, “esse diagnóstico da revolução e dos revolucionários, feito no imediato pós-1789, aparece com tons muito semelhantes nos conservadores dos séculos XX e XXI”. As críticas de Burke se referem, sobretudo, as correntes anticapitalistas e comunistas, consideradas as grandes ameaças a sociedade garantidora da moral e das tradições. Para ele, uma verdadeira revolução seria aquela capaz de preservar as *antigas* e indiscutíveis leis, liberdades e aquela antiga Constituição de governo, única garantia da lei e da liberdade, defende o mesmo, baseando-se no processo não insurrecional de mudança política da Inglaterra.

Fica claro na obra de Edmundo Burke que seu objetivo central era preservar as instituições políticas britânicas, na época lidavam, “com os estágios iniciais do processo de subordinação do trabalho ao capital: a organização do trabalho nos regimes de cooperação e manufatura e as formas seminais das lutas proletárias. Para tanto, uma de suas táticas foi a “batalha das ideias””(Souza, 2016, p. 366). O autor tece severas críticas aos valores, ideais e princípios que orientaram a Revolução Francesa. aqueles construídos pelo Iluminismo. Em sua obra *Reflexões*, os mesmos são pejorativamente apresentados como meras “abstrações”, destituídas de significado objetivo.

É assim que as concepções de igualdade, direitos do homem, razão, antropocentrismo, liberdade individual, soberania popular, são identificadas como ideias perigosas à ordem estabelecida, corrosivas de toda a herança cultural e patrimonial das tradições europeias. Sua posição monarquista evidenciava suas escolhas antirrepublicanas e antidemocráticas. (SOUZA, idem)

Como registrou Souza (idem), abraçando o monoteísmo cristão, Burke projeta sobre o ser social suas concepções teológicas, defendendo que o Estado e a sociedade constituem uma ordem natural eterna e divinamente estabelecida — a desigualdade social e a propriedade privada, incluídas. Com essa operação ideológica antropomorfizadora, o fundador do conservadorismo repousa suas ideias sobre o idealismo.

Encontramos assim, uma elaboração ideológica que naturaliza a desigualdade econômica e social e ignora a divisão da sociedade em classes, considerando insuperável essa hierarquia. Para esse autor, trata-se de um atentado contra a natureza a imposição de um princípio como o da igualdade social. Em outras palavras, as lutas contra as desigualdades, seriam um verdadeiro atentado contra a ordem divina. Essas ideias transformaram Edmund Burke em um teórico do conservadorismo, que postulava o crescimento orgânico das sociedades, ao invés das reformas violentas. Suas reflexões sobre a ideologia revolucionária não só orientaram de maneira decisiva a opinião pública da Inglaterra contra a reestruturação política francesa, como passaram a constituir, para o homem inglês, o senso comum da validade dos status e da hierarquia e distinções entre as classes sociais.

Ao adotar essa ideia como critério definidor das dificuldades encontradas por determinada sociedade (e não as contradições decorrentes de uma estrutura de classes que supõe a propriedade privada), a tendência que comumente surge no cenário político é o estabelecimento de perseguições políticas, ideológicas, xenofóbicas e religiosas (pois aqueles que não aderem ao cristianismo também são vistos com desconfiança no contexto do conservadorismo presente nas *Reflexões*), subsidiadas pelo discurso do “interesse nacional” e em defesa da “limpeza” e do “expurgo” desses elementos “nocivos” à sociedade. Indivíduos ou grupos dissidentes ou discordantes tendem a ser qualificados como “traidores” da “nação”. (SOUZA, 2016, p. 372)

Para esse pioneiro conservador, era importante defender os “direitos hereditários”, os “direitos do homem” eram, na verdade a construção perigosa de conceitos antinaturais e abstrações infundadas, como igualdade, democracia, direitos universais e inalienáveis e assim por diante. Também não é possível ignorarmos o elogio ao “preconceito” que se encontra na obra de Burke. Segundo Souza (2016, p. 373), o preconceito nesse autor “é de aplicação imediata em casos de emergência; dispõe previamente a mente a um curso constante de sabedoria e de virtude, não permitindo que o homem, no momento da decisão, fique hesitante, cético, confuso e indeciso”.

Com alguma variação (relativa mais à forma de exposição que ao conteúdo em si mesmo), esse princípio dos “preconceitos” como fonte de orientação ideal e de conduta moral é abraçado pelos conservadores da atualidade — muito embora ele apareça, nos contemporâneos, atenuado, quando comparado à formulação do fundador do conservadorismo clássico.¹⁴ Mais tarde, a sociologia de Émile Durkheim se baseará nesse tipo de critério para definir o “normal” e o “patológico” no “organismo social”. Não obstante a maior sofisticação do pensamento durkheimiano — em relação ao burkeano —, o sistema de conceitos do primeiro funcionalista redundava em um levantamento das causas e consequências dos comportamentos e condutas desviantes, assim como os possíveis “remédios” a serem empregados a fim de recuperar a condição de “harmonia” conferida pelo avanço da “solidariedade orgânica”. (SOUZA, 2016, p. 374)

Burke não se inibe em destacar, em sua obra, outra ideia central ao conservadorismo que é aquela segundo a qual a política de ser feita pelos sujeitos mais propensos à preservação da ordem e da manutenção da sociedade vigente: os proprietários.

O conservadorismo burkeano se particulariza, assim, ao substituir a realidade objetiva por abstrações moralizantes. A matriz desse pensamento e ação se afasta, abstrai e mistifica as relações sociais estabelecidas pelo modo de produção capitalista.

Já o neoconservadorismo mantém o discurso moralizante e preconceituoso, mas busca sua legitimação, também na legitimidade que constrói para a repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, dos pobres e da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Como destacou Barroco (2011, p. 209), “essas formas de repressão implicam violência contra o *outro*, e todas são mediadas moralmente, em diferentes graus, na medida em que se objetiva a negação do *outro*: quando o *outro* é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças”.

É importante destacar que o ideário neoliberal, no campo da economia, em primeiro lugar coloca na pauta do dia a redução da tributação do capital, da regulamentação social da economia, cortando gastos públicos, privatização do grosso das atividades rentáveis e flexibilização das relações de trabalho. O mote é o Estado mínimo

– ou Estado máximo para o Capital. Estas são suas propostas, como um receituário econômico para neoliberais.

Já os conservadores clássicos, que vem da linha de Burke, que passam pelo pensamento de Durkheim, não estão necessariamente afinados com a economia neoliberal. Cabe destacar que apesar de algumas ideias conservadoras permanecerem instrumentais ao capitalismo, o conservadorismo europeu sempre se distinguiu do conservadorismo norte americano. Vale apontar que o conservadorismo europeu é o conservadorismo laico – em durkheim um republicanismo laico. Por outro lado, os traços do conservadorismo brasileiro carregam consigo a outra matriz, a que recolhe a proposta neoliberal e lhe dá uma dimensão moral. Características da Universidade de Chicago, universidade que terá a efervescência neoliberal nos anos 70 do século XX, com Milton Friedman sendo sua figura mais reconhecida.

Por esse motivo não bastaria garantir privatização, flexibilização, globalização, livre iniciativa, é preciso que o Estado também assuma responsabilidades morais, onde na educação são transferidas as responsabilidades típicas de escolas para as famílias e organizações sociais. É preciso atentar para a profundidade moral deste conservadorismo colado ao neoliberalismo. Um exemplo dessa dimensão moral atual se apresenta, por exemplo, nos grupos que consideram que a AIDS (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida) não pode ser objeto de políticas públicas, uma vez que resulta de más escolhas morais, por tanto nenhum centavo deve seguir para uma política pública de saúde destes casos. Logo, é importante reiterar a eminência de tomar as considerações pela sua raiz, destacando a complexidade do neoconservadorismo e sua instrumentalidade para a implementação da agenda neoliberal.

Impossível negarmos as raízes históricas do pensamento conservador. Contudo, a instrumentalidade do neoconservadorismo norte americano, para a efetivação das políticas neoliberais carrega, no tempo presente, um grau de contágio que a sociedade brasileira não pode ignorar. Nosso enfoque, todavia, por uma questão de delimitação do objeto do artigo, não poderia recobrir a totalidade do pensamento conservador estadunidense, por isso, optamos em apresentar alguns de seus traços. Buscamos com isso, explicitar algumas das tendências centrais que o conservadorismo apresenta na atualidade ao se posicionar, no ambiente político brasileiro, como projeto societário disposto a disputar hegemonia.

Podemos dizer que o conservadorismo norte americano, que se convencionou chamar de neoconservadorismo, apresenta algumas características que resumiremos através dos tópicos a seguir:

- Defesa incondicional da Supremacia Norte-Americana;
- A liderança americana deve ser forte, heroica e exemplar, pautada por valores tradicionais, que fazem frente aos valores da contracultura dos anos de 1960, tais como o casamento heterossexual, a família nuclear, a religião protestante e uma política externa internacionalista e forte. (FINGUERUT, 2008, p. 91)

- Os neoconservadores desenharam, não só um novo rumo para a política externa, mas criaram um novo nacionalismo americano pautado na crença do poder de transformação do sistema internacional. (FINGUERUT, 2008, p. 92)

- Essa doutrina inclui uma agenda anticomunista e antissocialista que é defendida como estratégia para retomada da harmonia nas instituições e do crescimento econômico.

- Os neoconservadores produziram um novo militarismo na medida em que acreditariam no poder militar como um instrumento de transformação do sistema internacional, que alimenta e aumenta a primazia americana. (FINGUERUT, 2008, p. 92)

- Temas centrais: a segurança internacional e a política externa dos EUA, diferenciando-se dos conservadores, preocupados com a política doméstica, e dos neoliberais com a economia.

- Formulação da doutrina da segurança nacional – ação preventiva contra potências inimigas

- Crença na militarização das relações sociais ;

- Relação da segurança interna com a global.

- Recorre ao atentado de 11 de setembro de 2001 como marco de falhas que feriram a segurança dos EUA.

- Dialoga estrategicamente com grupos evangélicos e cristãos pró Israel.

- Na qualidade de "ameaças externas", o neoconservadorismo norte- americano enquadra negativamente desde as religiões monoteístas não cristãs, até os movimentos políticos e intelectuais de esquerda, marxistas ou filomarxistas, além de populações não estadunidenses.

Segundo Souza (2016, p. 170) “a disputa dos neoconservadores norte-americanos, geralmente situados no Partido Republicano, com os "liberais" do Partido Democrata,

aparenta obedecer à lógica do recrudescimento à direita da pauta política”. Ainda segundo Souza, para esses conservadores, haveria a necessidade de endurecer o perfil policialesco no tratamento da "questão social", “incluindo a ampliação de medidas repressivas endereçadas aos imigrantes, aos residentes ilegais e à população desabrigada e desempregada, normalmente encaradas não apenas como parte, mas como causas dos problemas norte-americanos — surgindo dessa interpretação as tendências ao crescimento do racismo, do ódio à pobreza e da xenofobia” (idem).

No Brasil, podemos dizer que o neoconservadorismo surge no ano de 1987, ainda no processo de redemocratização, como reação as reformas inseridas na Constituição Federal de 1988. (FAGNANI, 1997). Uma das matrizes de maior influência para a construção de uma espécie de "conservadorismo à brasileira" é a matriz norte-americana. Uma particularização que, à primeira vista, assemelha-se ao que Álvaro Bianchi definiu como "conservadorismo liberal" (2015), isto é, a subsunção das ideias liberais, hegemônicas desde a instauração do regime empresarial-civil-militar de 1964, ao projeto conservador.

Essas ideias ganharam impulso significativo com a crise estrutural do capital e, nos anos 2010 (além de terem sido incorporadas pelo programa político do então candidato republicano à frente na corrida presidencial de 2016, o atual presidente Donald Trump) emergem no debate intelectual brasileiro como referência teórico-conceitual para o conservadorismo dessas latitudes. A ascensão do projeto conservador no Brasil, portanto, constitui-se como uma particularidade, um elemento de uma trajetória mais abrangente, liderada pelas tendências políticas e intelectuais decisivas, principalmente, nos Estados Unidos da América.

Podemos dizer que na década de 1990, o neoconservadorismo se fortalece com a crise econômica e o avanço das medidas neoliberais. No Brasil do tempo presente, ele carrega as seguintes características, comprovadas, sobretudo, através do pleito eleitoral de 2018.

- Contrário às políticas afirmativas, a defesa dos direitos humanos e ao Estado Social, previsto na Constituição de 1988;
- Valorização das religiões neopentecostais como estratégia política;

- O inimigo comum para garantir a identidade e a coesão ideológica de uma posição política passa a ser a corrupção, sobretudo a investigada pela operação “Lava à Jato”;

- A reação conservadora no Brasil é autoritária e visa à destruição da combinação entre universalismo e pluralismo, prevista na Constituição de 1988;

- Significa o fim da proposta constitucional de aliança entre direitos e equidade, cidadania e seguridade social;

- Identifica a sua visão como a única legítima, desqualificando as demais como ideologia;

- Obsessão pela ordem e pela segurança pública, situando-os acima do direito;

- Rechaça os movimentos sociais como inimigos da nação;

- Realiza aliança com os liberais que resulta na destituição dos direitos das mulheres, das crianças e dos adolescentes, dos idosos, dos indígenas etc.;

- Transforma o debate político numa luta “apolítica” do bem contra o mal;

- Identifica a mobilização popular por direitos sociais como estratégia socialista

- Discurso embasado no medo e no ódio;

- Descrença nos partidos políticos;

- Defende o aumento da punição para a redução da violência e da criminalidade;

- Pobre como consumidor excluído do mercado – classe perigosa e programas de transferência de renda (Bauman, 2000);

- Ausência da consciência de classe;

- Incentivo ao aumento do individualismo;

- Reforço a meritocracia e ao empreendedorismo como teologia da prosperidade;

- Necessidade de compatibilizar o aparato institucional público aos ditames do capital, o que implica em degradar a proteção social, precarizar o regime de trabalho, endividar os governos e os cidadãos;

- Torna uma nação inteira refém do capital financeiro. A violência do capital financeiro se expressa no impacto das suas crises.

- Ênfase na soberania da nação. Governar adquire a conotação de submissão total ao capital, pela exigência de criar um ambiente atrativo para os investidores;

- O capital financeiro é autoritário, excludente e capaz de gerar grande instabilidade econômica;

- Fortalece o autoritarismo e o neoliberalismo;
- Para construir o consenso apela ao senso comum da mídia e das redes sociais;
- Ampliação das chamadas meta verdades e produção de *fake news*;
- Presença ainda mais unificada da atuação da mídia, da Polícia Federal e do Ministério Público na vida republicana brasileira;
- Por fim, no Brasil, muitos dos exemplos acima podem ser definidos pelo Antipetismo consagrado pelos neoconservadores como síntese do mal que atingiu o Brasil.

Considerações Finais

O que destacamos como considerações nesse final é que muito ainda há para ser estudado. Não temos ainda elementos conclusivos para explicar o neoconservadorismo que guia o fenômeno da chamada “nova direita” no Brasil e no mundo. Contudo, sabemos que o neoconservadorismo traz novidades que não são meras decisões individuais, como muitas vezes busca fazer crer, com a ideia de que a figura de um Mito pode mudar a realidade de um país, por exemplo.

Desde a formulação burkeana, fundadora da tradição conservadora, e de sua ampliação e sofisticação a partir, principalmente, mas não exclusivamente, do pensamento sociológico, o conservadorismo adquiriu diferentes expressões e/ou tonalidades, tendências e características. Hoje é nítido que nos Estados Unidos da América o resgate do pensamento conservador traz novos elementos e os mesmos estão em plena consonância com os interesses hegemônicos do capital. Em outras palavras, é nos Estados Unidos da América que a renovação do conservadorismo assumirá formas semelhantes à ideologia que hegemonizou as eleições brasileiras de 2018. Partiu dos EUA uma série de ideias de autores que endossarão projetos de regulação da moral e dos costumes, a partir da leitura que o grande “mal” do Ocidente seria a profunda crise de valores que destrói as fundações da moralidade social.

No Brasil, se considerarmos não só as declarações feitas por Jair Bolsonaro ao longo de sua campanha, mas principalmente as ideias defendidas por parte dos nomes indicados para seu Ministério, com destaque para as de Ernesto Henrique Fraga Araújo, para o Ministério das Relações Exteriores, de Ricardo Vélez Rodríguez, para o Ministério

da Educação, bem como de Sérgio Moro, para o Ministério da Justiça, e de Paulo Guedes, para o Ministério da Fazenda, não existe a intenção de compor uma coalização que procure atender ou administrar o contraditório da realidade brasileira e sim de implantar um projeto ideológico e econômico bem específico, no qual o neoconservadorismo terá um grau de instrumentalidade econômica muito importante para sua efetivação.

Esse conjunto de fatores, bem como outros aqui não explorados, atuaram na construção de vários elementos, listados anteriormente, como por exemplo, o antipetismo nacional. Tais elementos caracterizam bem a lógica do afloramento à superfície do neoconservadorismo presente na sociedade brasileira. A realidade brasileira atual demonstra que apesar de no período da Nova República, os valores progressistas vinculados a direitos sociais, políticos e da pessoa humana terem se firmado, inclusive do ponto de vista da engenharia institucional e legal, presente na Carta Constitucional de 1988, eles não foram abraçados por parte da população brasileira. As elites brasileiras, consideradas por Jessé de Souza (2017) como elites do atraso, possuem protagonismos nesse processo hegemônico atual, que só pode ser revelado se analisarmos como a luta de classes por privilégios construiu alianças e preconceitos que esclarecem o padrão histórico repetido nos embates políticos do Brasil moderno.

A eleição de outubro de 2018 no Brasil renovou em 52% a Câmara e 85% dos 2/3 do Senado que estavam em disputa. Em vinte anos, foi a maior renovação do Congresso Nacional. Segundo Antônio Augusto de Queiroz (2018, p.1), o novo Congresso Nacional será mais liberal na economia, mais conservador nos costumes e mais atrasado em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente e aos direitos sociais do que os congressos anteriores.

Por fim, é importante destacar que existem muitas particularidades entre as propostas e movimentos conservadoras que estão eclodindo pelo mundo⁴, nem todo conservador pertence e se identifica com a extrema-direita, ainda que, em função da atual conjuntura política e econômica, tenham formado um grande bloco que veio a eleger esse projeto. A manifestação do neoconservadorismo brasileiro, ultraliberal, neopentecostal e militarista, não são compatíveis com o pensamento conservador clássico, mas sem dúvida

⁴ A respeito consultar: LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 124, São Paulo, Editora Cortez, pp. 655 e ss, 2015 e CASTELLO-BRANCO, José Tomaz. Conservadorismo. In: João Cardoso Rosas e Ana Rita Ferreira (Orgs.). Ideologias políticas contemporâneas. Coimbra: Almedina, 2016, p. 166.

são próximas do neoconservadorismo norte-americano e sua relação instrumental com a defesa de propostas econômicas hegemônicas.

Bibliografia

BARROCO, Maria Lucia S.. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011

BAUMAN, Zygmunt. Trabajo, consumismo e nuevos pobres. Bracelona: Gedisa, 2000.

BURKE, Edmund. Reflexões sobre a revolução em França. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

CHAUÍ, Marilena. Direitos humanos e medo. In: FESTER, A. C. R. (Orgs.). Direitos humanos e... São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. Simulacro e Poder. Uma análise da Mídia. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2006

_____. A Nova Classe trabalhadora Brasileira e a Ascensão do Conservadorismo. Por que Gritamos Golpe? Para entender o impeachment a crise política no Brasil. 1ª ed, São Paulo, Boitempo, 2016.

DEMIER, Felipe Abranches. Depois do Golpe. A dialética da democracia blindada no Brasil, Mauad, 2017

FAGNANI, Eduardo. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. Economia e Sociedade, Campinas, n. 8, p. 183-238, 1997.

FINGERUT, Ariel. A influência do pensamento neoconservador na política externa de George W. Bush. Dissertação de Mestrado, UNESP Araraquara, 2008

FREIRE, Silene de Moraes . O 'Leviatã Benevolente' na Cultura Política Brasileira: aportes para compreensão dos limites democráticos persistentes. IN: FREIRE, Silene de Moraes et ali (orgs). Reflexões em Tempos de crise. Maceió, EDUFAL, 2014

GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 7a.ed., 1987.

_____. Americanismo e fordismo. In: GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. p. 375-413.

_____. Cadernos do cárcere. Vol. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Orelha de Leandro Konder. Quarta capa de Norberto Bobbio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a. 334p.

_____. Cadernos do cárcere. Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Orelha de Francisco de Oliveira. Quarta capa de Pietro Ingrao. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. 428p.

_____. Cadernos do cárcere. Vol. 4. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Orelha de Luiz Werneck Vianna. Quarta capa de Michael Löwy. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 394p.

_____. Cadernos do cárcere. Vol. 5. O risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Orelha de Octavio Ianni. Quarta capa de Valentino Gerratana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. 461p.

_____. Cadernos do cárcere. Vol. 6. Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Orelha de Alfredo Bosi. Quarta capa de Giorgio Baratta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. 495p.

IASI, Mauro. De Onde vem o Conservadorismo?, 2015. <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>
Consulta em 20 de julho de 2018.

HALL, Stuart (et all). "Política e Ideologia: Gramsci". In: Da Ideologia. (Vários), Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 124, São Paulo, Editora Cortez, pp. 655 e ss, 2015.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009. (Col. Mundo do Trabalho).

NEVES, Maria Lúcia W. (org.) A nova pedagogia da hegemonia - estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo, Xamã Editora, 2005

QUEIROZ, Antônio Augusto de. Novo Congresso Nacional veio pior que a encomenda. Brasília, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), 2018. Disponível em <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/28530-novo-congresso-veio-pior-que-a-encomenda> Acesso em 30/12/2018.

SADER, Emir. Quebrar a hegemonia do capital financeiro. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/Quebrar-a-hegemonia-do-capital-financeiro/2/27087>

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 126, p. 360-377, maio/ago. 2016.

SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso. Da Escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro, Leya, 2017.

UOL NOTÍCIAS. Redes Sociais dão voz a legião de imbecis, diz Umberto Eco. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2015/06/11/redes-sociais-deram-voz-a-legiao-de-imbecis-diz-umberto-eco.jhtm>. Acesso em 30/04/2017.